

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTEXTO SOCIAL: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação inclusiva e contexto social [recurso eletrônico] : questões contemporâneas / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação Inclusiva e Contexto Social. Questões Contemporâneas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-431-3 DOI 10.22533/at.ed.313192506 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO VOL. 1

O livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas” foi dividido nos Volumes 1 e 2, totalizando 56 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo de organizar esta coleção foi o de divulgar relatos e pesquisas que apresentassem e discutissem caminhos para uma educação inclusiva permeando contextos sociais distintos.

Neste Volume 1 “A educação inclusiva e os contextos escolares”, foram reunidos 26 artigos que apresentam discussões partindo da formação de professores à aplicação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, não somente da inclusão dos sujeitos com algum grau de deficiência física ou mental, mas também, a partir da inclusão, por exemplo, por meio da pedagogia hospitalar, do jovem e adulto e dos “superdotados”.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de três temáticas principais. São elas: “Deficiência intelectual e inclusão educacional”, “Cegos, surdos e vivências no ambiente escolar” e “Diversidade da educação inclusiva”. Esta coleção é um convite à leitura, pesquisa e a troca de experiências.

Entregamos ao leitor o Volume 1 do livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas”, com a intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA ASSISTIVA	
Paulo Roberto Silva Sheila Venancia da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.3131925061	
CAPÍTULO 2	11
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO E A EDUCAÇÃO: ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DA ARQUITETURA DE UMA ESCOLA PÚBLICA	
Paulo Emílio Gomes Nobre Adriano de Souza Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3131925062	
CAPÍTULO 3	15
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO AEE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANDRADINA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Izabel de Lourdes Gimenez Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3131925063	
CAPÍTULO 4	28
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LDB	
Ângela Martins de Castro Daniel de Oliveira Perdigão Mariana Lima Vecchio	
DOI 10.22533/at.ed.3131925064	
CAPÍTULO 5	34
APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DE SITUAÇÕES PROBLEMA: UM ESTUDO DE CASO	
Janete Aparecida Guidi Viviane Gislaine Caetano Auada Elsa Midori Shimazaki Rozana Salvaterra Izidio	
DOI 10.22533/at.ed.3131925065	
CAPÍTULO 6	48
CAPACITAÇÕES DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NO ENSINO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO: SUBSÍDIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Grazielle Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	

DOI 10.22533/at.ed.3131925066

CAPÍTULO 7 54

CONHECIMENTO PRÉVIO COMO MATÉRIA PRIMA PARA O APRENDIZADO: TEORIA DE DAVID AUSUBEL SOB O OLHAR DE MARCO ANTÔNIO MOREIRA

[André Luiz Borges da Silva](#)

[Thaís Ayres da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925067

CAPÍTULO 8 61

CONTRIBUIÇÕES DA TUTORIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

[Aline Soares Guimarães](#)

[Angélica Marinna Cardoso Mota](#)

[Camila Alves Lima Gomes](#)

[Sinara Pollom Zardo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925068

CAPÍTULO 9 76

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

[Caroline Thaís Both](#)

[Andressa da Silveira](#)

[Cristina Numer](#)

[Neila Santini de Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925069

CAPÍTULO 10 88

DIFICULDADES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTES COM CÂNCER NA EDUCAÇÃO BÁSICA

[Cristina Bressaglia Lucon](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250610

CAPÍTULO 11 99

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DA ESCOLA DO CAMPO

[Taiana Furtado dos Anjos](#)

[Allan Rocha Damasceno](#)

[Pedro Clei Sanches Macedo](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250611

CAPÍTULO 12 111

EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DOS SUJEITOS APRENDENTES

[Gleiciane Álice Oliveira de Carvalho](#)

[Andrezza Belota Lopes Machado](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250612

CAPÍTULO 13 124

JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS: QUESTÕES DA VIDA ADULTA

[Thais da Silva Oliveira](#)

[Gabriela Brutti Lehnhart](#)

Sabrina Fernandes de Castro
DOI 10.22533/at.ed.31319250613

CAPÍTULO 14 136

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM GRUPO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Solange Regina Alves André
DOI 10.22533/at.ed.31319250614

CAPÍTULO 15 146

O CONTEXTO DAS DIFERENÇAS: CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Cheila Dionísio de Mello
DOI 10.22533/at.ed.31319250615

CAPÍTULO 16 157

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Marcus Edson Carilo de Mello Vieira
Tâmara Gabriella de Souza Cardoso
Joslei Viana de Souza
DOI 10.22533/at.ed.31319250616

CAPÍTULO 17 164

O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COMO POTENCIALIZADOR DE APRENDIZAGENS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fabiana Neves Bertolin
Edí Marise Barni
DOI 10.22533/at.ed.31319250617

CAPÍTULO 18 175

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Karolini Galimberti Pattuzzo Breciane
Isabel Matos Nunes
DOI 10.22533/at.ed.31319250618

CAPÍTULO 19 189

OS PARQUES INFANTIS: ANÁLISE LEXICAL DE TEXTOS SOBRE ESSES ESPAÇOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

Aline de Novaes Conceição
DOI 10.22533/at.ed.31319250619

CAPÍTULO 20 199

PEDAGOGIA HOSPITALAR E INCLUSÃO: UM DIREITO À EDUCAÇÃO

Maria Elaine Gonçalves de Menezes Pinheiro
Maria Roseane Gonçalves de Menezes
Jocilene Maria da Conceição Silva
DOI 10.22533/at.ed.31319250620

CAPÍTULO 21 208

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE ATITUDES SOCIAIS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO INTRODUTÓRIO

Felipe Rodrigues Martins

Sandra Regina Barbosa
Edicléa Mascarenhas Fernandes
DOI 10.22533/at.ed.31319250621

CAPÍTULO 22 215

PISTOLA: UMA HISTÓRIA INTERDISCIPLINAR, CAMINHOS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Giovana Toscani Gindri
Nathalia Neresi Pavanelo
Raquel Brondísia Panizzi Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31319250622

CAPÍTULO 23 227

O PROEJA : POR UMA POLÍTICA PÚBLICA CONTÍNUA

Maria Luzenira Braz
Divina Elecir de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.31319250623

CAPÍTULO 24 237

PROTAGONISMO DO CORPO DISCENTE COMO PRÁTICA INOVADORA E INCLUSIVA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FTESM

Bárbara de Britto Terra Nova Gonçalves
Viviane da Costa Bastos

DOI 10.22533/at.ed.31319250624

CAPÍTULO 25 249

TECNOLOGIA ASSISTIVA: COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO CONTO E RECONTO DE HISTÓRIA NA ESCOLA

Débora Deliberato
Fernanda Delai Lucas Adurens

DOI 10.22533/at.ed.31319250625

CAPÍTULO 26 260

MODOS DE SER AMOROSO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO SURDO NA SUA RELAÇÃO COM UM OUVINTE: O CASO DA PELÍCULA JAPONESA “HIDAMARI GA KIKOERU” (2017)

DE DAISUKE KAMIJÔ

Rute Léia Augusta da Silva
Hiran Pinel
Vitor Gomes

DOI 10.22533/at.ed.31319250626

SOBRE O ORGANIZADOR..... 275

O PROEJA : POR UMA POLÍTICA PÚBLICA CONTÍNUA

Maria Luzenira Braz

(SEDUC-MT) – mluzenira.braz@gmail.com

Divina Elecir de Almeida

divinaelecir@gmail.com

RESUMO: O texto tem como objetivo refletir sobre o curso de administração PROEJA no Ceja Licínio Monteiro da Silva em Várzea Grande Mato Grosso, tendo em vista a formação continuada do professor no atendimento às especificidades que demandam por um corpo teórico metodológico com identidade própria que visa atender a classe trabalhadora, na perspectiva de cidadania. Foi estabelecido diálogo com os teóricos com: Kuenzer (2000), Lima Filho (2010), Moura (2006) e Soares (2001). A metodologia é de cunho qualitativo, através de entrevistas semiestruturadas. Com a reflexão foi possível perceber o vácuo existente na educação profissional na EJA, promovida pela descontinuidade das políticas governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos, PROEJA, cidadania.

ABSTRACT: The purpose of this text is to reflect on the PROEJA administration course at the Licínio Monteiro da Silva School in Várzea Grande Mato Grosso, in view of the teacher's continuing education in the specific needs of

a theoretical methodological body with its own identity that aims to attend to working class, in the perspective of citizenship. Dialogue with the theorists was established with Kuenzer (2000), Lima Filho (2010), Moura (2006) and Soares (2001). The methodology is qualitative, through semi-structured interviews. With the reflection, it was possible to perceive the vacuum in professional education in the EJA, promoted by the discontinuity of government policies.

KEYWORDS: Youth and Adult Education, PROEJA, citizenship.

INTRODUÇÃO

A concepção filosófica da proposta dos CEJAS valoriza a premissa trabalho, cultura e conhecimento, sobretudo à formação humana em todas as dimensões. Essa proposta pedagógica valoriza o trabalho sociocultural e propõe que sejam trabalhados com os sujeitos da EJA os traços culturais de origem da vivência social, familiar e profissional dos jovens e adultos. Pois essa concepção vê os estudantes jovens e adultos como sujeito sócio histórico e integral, considerando as dimensões humanas da razão-emoção, corpo ou o pensar-sentir-agir como processos interdependentes. Dessa forma, os sonhos, saberes, fazeres, esperanças, dos educandos, fazem parte do

processo educativo, não podemos desconsiderar a relevância do mundo do trabalho para estes sujeitos, bem como a sua formação profissional.

Por isso neste trabalho iremos abordar a importância do PROEJA, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos, que tem por objetivo oferecer oportunidade da conclusão da educação básica, juntamente com a formação profissional àqueles que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular.

A esse respeito resgatarmos as reflexões de Kuenzer (2000, p.23) é de que o ensino Médio para a modalidade de jovens e adultos é a mediação necessária para o mundo do trabalho, sendo nesse caso, condição de sobrevivência. Assim, para atender às necessidades do público da EJA é de suma importância que se invista em trabalho, conhecimento e cultura. Não fazê-lo significará estimular os jovens que precisam trabalhar ao abandono do Ensino Médio, ou mesmo à sua substituição por cursos profissionais, abrindo mão do direito à escolaridade e à continuidade dos estudos (KUENZER,2000, p.28).

O PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação de desafios, tais como o da formação do profissional diretamente integrada que favoreçam a permanência e a aprendizagem dos estudantes no EJA, vislumbrando a inclusão social.

No primeiro tópico faremos um breve relato do início do PROEJA no Brasil, sua origem, seus avanços, suas lutas e conquistas. No segundo tópico abordaremos um pouco da história do PROEJA no CEJA Licínio Monteiro. Finalizando faremos considerações a respeito da implantação do PROEJA e a suas consequências para a profissionalização de jovens e adultos.

O PROEJA NO BRASIL UMA PERSPECTIVA DE CIDADANIA

Por um longo espaço de tempo o ensino médio não estava integrado à educação profissional aqui no Brasil. Não atendia a aspiração da sociedade brasileira, pois muitos jovens e adultos se formavam sem uma educação profissional, e às vezes não tinham condições de avançar para o ensino superior. O ensino médio não atendia as exigências para a capacitação do trabalho e nem tão pouco para o seguimento universitário. Assim sendo, foi necessário passar por muitos projetos de reforma, programas e políticas educacionais nas diversas áreas administrativas para atender as exigências de uma população carente de perspectivas profissionais e ascensão social.

Com a posse do governo Lula, em 2003, acontece à revogação do referido decreto e a promulgação de um novo Decreto Federal nº 5154/2004 dando uma nova direção à educação profissional de nível médio, com ênfase prioritária as redes federais de educação tecnológica, cujas concepções curriculares foram desarticuladas no governo anterior.

O PROEJA se originou do decreto 5.478, de 24/06/2005:

Revela a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral, são excluídos, do mesmo modo que do próprio ensino médio. Ao reinserir jovens e adultos no sistema escolar brasileiro, possibilitando-lhes acesso à educação e à formação profissional na perspectiva de formação integral, o PROEJA é mais que um projeto educacional: significa um poderoso instrumento de resgate da cidadania de uma imensa parcela de brasileiros expulsos do sistema escolar por problemas encontrados dentro e fora da escola. (MATO GROSSO, 2010, p. 217)

Através do Decreto nº 5.840, em 2006, foi instituído no âmbito federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Seus principais objetivos abrangem os seguintes cursos e programas de educação profissional: a Formação inicial e continuada de trabalhadores e Educação profissional técnica de nível médio. Este decreto também determina, em seu 2º parágrafo que:

“Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos, atendidos e poderão ser articulados: Ao ensino Fundamental e o Ensino Médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores, nos termos do artigo 3º parágrafo 2º do Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004; e ao Ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos do artigo 4º, incisos I e II, do Decreto 5154, de 2004 (SEDUC,2014,45).

Podemos concluir que a lei para o PROEJA, tem excelentes objetivos, no entanto, tornam-se imprescindíveis ações integradas e colaboração entre instituições de ensino federal, estadual e municipal, tendo à frente a Rede Federal de Educação Profissional para atuar como referência (BRASIL, 2006). Por isso precisamos entender certas considerações feitas por Lima Filho (2010) quando diz: que devemos refletir substancialmente a construção da política pública de ensino médio integrado à educação profissional na modalidade EJA e dentro desta o PROEJA, deve ser considerado sob o ponto de vista histórico, nas suas disposições legais, na nossa realidade, e nas condições materiais, objetivas e substanciais, debaixo dos quais se encontram os sujeitos sociais desta política pública e em seu confronto com essa realidade.

É imprescindível pontuar que as políticas públicas no Brasil referente à educação e formação profissional tem sido desvinculado do nível superior, a programas, cursos e modalidade de escolarização e formação profissional, que diferentemente articulados (sequencial, simultâneo ou integrado) compreende a educação fundamental, o ensino médio e a graduação e pós-graduação acadêmica e tecnológica.

Pertinentes a certos programas denominados de programas de formação profissional inicial, não necessariamente vinculados com a elevação de escolaridade como relevante e desejável, porém não é visto como condição imprescindível de efetivação, o Plano Nacional de Qualificação (PLANFOR) e no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), LIMA FILHO, (2004) e LIMA FILHO & KRÜGER (2005) apontam

os traços de continuidade entre essas políticas públicas, apontando suas limitações, eles falam da falta de ruptura com as tendências macroeconômicas de mercado e como também com a perpetuação da lógica compensatória que orienta a visão dessas políticas. Desse modo, análises feitas pelos autores com vistas na retrospectiva histórico e conceitual dos principais elementos dessas políticas PLANFOR e PNQ de qualificação dos trabalhadores no Brasil entre os anos de 1990 a 2000, verificou -se a ausência de atendimento aos trabalhadores.

(...) e as políticas de qualificação constituem um imenso vácuo ao longo de nossa história, intercalado, periodicamente por iniciativas definidas a partir das demandas imediatas do setor produtivo, tornando a qualificação e escolarização ofertadas meramente funcionais à (con.) formação do trabalhador produtivo aos interesses do mercado, o que em essência significa a negação da qualificação e escolarização para a plena e integral formação humana do cidadão (LIMA FILHO, 2010, p. 112).

De acordo com esse pensamento de Lima Filho (2010), analisamos a situação encontrada no CEJA Licínio Monteiro, existe um vácuo entre as leis estabelecidas e a sua aplicação nessa realidade observada. Para começar, vamos esclarecer alguns pontos sobre o PROEJA e também vamos pontuar sua implantação na unidade de ensino, sob a ótica da coordenação pedagógica e de um professor.

HISTÓRIA DO PROEJA NO CEJA LICÍNIO MONTEIRO

O presente artigo propõe realizar uma reflexão sobre o curso de administração PROEJA realizado no CEJA Licínio Monteiro da Silva. Nesta direção, vamos contextualizar um pouco da história do Proeja que propõe (re) inserir, no sistema educacional, jovens e adultos que não tiveram à formação profissional, ou seja, uma Educação de jovens e Adultos que contemple a elevação da escolaridade com profissionalização em uma concepção mais abrangente que observe os múltiplos processos, numa perspectiva de formação integral.

Não obstante, pensar em um projeto educativo que contemple as três áreas integradas através do PROEJA sugere, em primeiro lugar, levar em consideração as diversidades presentes no público-alvo dessa política. Em segundo lugar, é necessário que haja uma integração entre os conhecimentos que dizem respeito à área profissional e a área de formação geral, aliando, dessa forma, a formação humanista com a formação técnica, sendo imprescindível compreender, dentre outros aspectos que a EJA tem especificidades que demandam por um corpo teórico-metodológico com identidade própria e diferente daquele que fundamenta as ofertas educacionais destinadas aos adolescentes egressos do ensino fundamental, pois a aprendizagem é desenvolvida diferentemente por adultos e por adolescentes (MOURA, 2006b, p.10)

Em 2009 a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, em parceria com o Ministério da Educação por intermédio do Programa Brasil Profissionalizado via Ensino médio efetuou adesão ao Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino

Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA em Mato Grosso por meio de 4 Centros de Educação de jovens e Adultos – CEJAS e 1 Escola Estadual de EJA implantou-se inicialmente cursos PROEJA, a saber: CEJA Cleonice Miranda da Silva – município de Colíder, Técnico de Em Vendas, CEJA José de Mesquita – município de Cuiabá, Técnico Em Vendas; CEJA Professor Antônio Cesário Neto, Técnico em Secretariado e Técnico Em Serviços de Restaurante e Bar, CEJA -Jaciará, CEJA Marechal Rondon, Técnico Em Vendas; CEJA Alternativo, Técnico Em Vendas; Várzea Grande, CEJA Licínio Monteiro da Silva, técnico Em Administração, São José do 4 Marcos, Escola Estadual Miguel Barbosa, Técnico Comércio.

O início do trabalho foi construído com muitos questionamentos extremamente relevantes, para que se chegasse à configuração dos planos de cursos acima citados. Como trabalhar com compromisso político de oportunizar o acesso à educação profissional integrada ao ensino médio a essa parcela da população que historicamente esteve à margem do processo educativo, apesar do direito estar regulamentado na Constituição federal? Como desenvolver um trabalho pedagógico que considere os jovens e adultos como sujeitos de direitos e não de favores? Como trabalhar a diversidade, a diferença de interesse e expectativas dos trabalhadores estudantes jovens e adultos, resgatar a autoestima, pensar na formação continuada dos docentes? Essas e outras questões, aliadas aos estudos do campo da EJA foi conduzido pela Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos da SEDUC no período de 2007 a 2014. Diga se de passagem, que o trabalho pedagógico tomou como referência esses elementos.

O PROEJA originário pelo Decreto Nº 5.478, de 24/06/2005, estabelecido pelo governo federal para atender a demanda de jovens e adultos na oferta da educação profissional técnica de nível médio cuja normatização se deu pelo Conselho Estadual de Educação – CEE-MT através da Resolução Nº 169/2006 que trata da Educação profissional no Estado. Em geral o público jovens e adultos não possuíam estímulos na formação profissional e nem tão pouco para o ensino superior, a EJA oferecia no máximo o Ensino Fundamental, como um bônus e não um direito. A oferta do Ensino Médio recente que se tinha no Brasil não atendia as expectativas do público jovem adulto, não os formavam na educação profissional e muito menos ao ensino superior. Assim, o curso PROEJA significa valioso instrumento de resgate da cidadania deste público, haja vista, o investimento financeiro nas políticas públicas do governo federal na educação profissional.

O currículo integra conteúdo da Educação Básica, da Educação Profissional, do mundo do trabalho e da prática social, contudo, a concepção integrada entre a educação e a formação profissional, perpassa o trabalho, a ciência, a técnica e tecnologia, o humanismo e cultura geral, trata-se de um avanço para o país. O currículo integrado no PROEJA é uma possibilidade de inovar pedagogicamente o ensino médio.

Neste sentido, a concepção curricular permite relações entre a educação, o mundo do trabalho e sobre a vida dos trabalhadores estudantes jovens e adultos.

Dessa forma, o PROEJA é um curso técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA que se propõe a abandonar a formação profissional limitada para o mercado de trabalho e assumir uma perspectiva de integralidade das dimensões social, e criando, dessa forma, um novo perfil “o saber fazer”.

O atendimento do curso PROEJA aos trabalhadores estudantes jovens e adultos tem sido fundamental na garantia do direito “aos sujeitos que ao longo da história são privados dos bens simbólicos e materiais, sobretudo de uma educação de qualidade, que possibilite a apropriação da leitura e da escrita como instrumentos de autonomia do saber fazer” (SAMPAIO, 2013, p.03). Nesta direção, os cursos PROEJA nos CEJAS tem procurado avançar na prática pedagógica, portanto, no processo de aplicabilidade dos referidos cursos foram percebidas e enfrentadas diversas dificuldades administrativas que influenciaram a parte pedagógica.

O Exemplo disto tem sido a lentidão por parte do MEC, na entrega dos equipamentos de laboratórios aos Centros de EJA. Houve turmas do PROEJA, que chegaram ao término do curso, sem que o estudante jovem adulto pudesse efetuar aulas práticas no laboratório. A burocracia na entrega desses equipamentos impediu maiores riquezas nas ações metodológicas do curso. Nesse momento histórico, o sistema Estadual de Ensino iniciava mudança de carga horária do Ensino Médio EJA de três anos para dois anos, adequação da nova Resolução N° 05/11- CEE – MT. Os desafios foram enormes, a defesa política pedagógica da proposta dos cursos PROEJA foram necessárias, contínuas e contundentes para que os estudantes jovens e adultos pudessem concluir o percurso formativo do curso técnico, haja vista que a carga horária do curso PROEJA não era atrativa para os estudantes. O curso de três anos e meio, na maioria período noturno, com horário semanal organizado em 4 aulas diárias de 50 minutos, de segunda a sexta feira com carga horária total de 2.566 horas.

Para os estudantes jovens e adultos matriculado no PROEJA, conviver no mesmo espaço físico com outro curso de ensino médio EJA, de carga horária menor (2 anos de duração) foi conflitante. Com isso, houve um esvaziamento nos cursos de PROEJA. Foi inevitável a migração da maioria dos estudantes para o outro curso de carga horária menor ou ensino médio propedêutico. Diante do ocorrido foi imprescindível a defesa do trabalho político pedagógico do curso para que os educandos pudessem compreender e permanecer no curso técnico PROEJA. Esse processo de organização pedagógica do curso não foi simples para ser efetuado, pois a maioria dos educandos que tinham uma visão imediatista e queriam terminar o curso o mais rápido possível.

Nesse aspecto, o tempo tem uma conotação social, pois regula a vida das pessoas em todos os sentidos e em todos os espaços, dentre eles, o espaço escolar enquanto instituição organizada e intencional. Para Sampaio (2008, p.5) a visão do currículo e conseqüentemente da organização curricular que se materializa nas práticas educativas não considerando esses aspectos históricos, éticos e políticos, trazem uma intencionalidade perversa, dominadora, excludente no processo de formação social e cultural do homem.

Sendo assim os estudantes Jovens e Adultos do curso PROEJA carecem de receber uma educação de qualidade para que haja a superação de currículo fragmentado, reproduzido da escola burguesa. Nesse caso, compreendemos que a proposta do PROEJA teve vários desafios, porém, torna-se fundamental sua continuidade na busca de um projeto social fundamentado em teorias que se preocupem com uma escola democrática e de qualidade, bem como a formação de sujeitos mais humanizados, críticos e conscientes da sua identidade e cidadania.

Em 2007 a Secretaria de Estado de Educação, instituiu, através da Portaria nº 393/2007, a Comissão Interinstitucional com o objetivo de redimensionar a oferta da educação de jovens e adultos no estado de Mato Grosso, visando a implantação de Centros de Educação de Jovens e Adultos. Após estudos realizados pela comissão procedeu-se o redimensionamento em várias unidades escolares dos diversos municípios do Estado como mencionamos no início desse tópico, e conseqüentemente criou-se o Centro de EJA em Várzea Grande.

Esse Centro, como os demais, foram criados com o objetivo de constituir identidade própria para a modalidade e oferecer formas diferenciadas de atendimento bem como reconhecer as especificidades dos sujeitos e dos diferentes tempos e espaços formativos, numa perspectiva de atendimento, estrutura física e organizacional diferenciados, inclusive para atender o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, como sabemos, a partir da regulamentação da LDB-Lei nº 9394/96.

A coordenação pedagógica do CEJA Licínio Monteiro sente o desafio da importância de desenvolver metodologias ativas para tentar encontrar caminhos que, de fato transforme o PROEJA em uma política de estado. Para tal, é mister que, seus educandos permaneçam até o encerramento do curso ou que possam vislumbrar oportunidades de continuar seus estudos em nível superior ou em cursos de formação ao longo da vida.

Diante dessa realidade, após passados 10 anos da implantação do curso PROEJA, o CEJA apresenta diversos desafios entre eles a enorme taxa de evasão escolar, (que não é objeto de estudo no momento) apesar do reconhecimento de que o CEJA tenha sido uma conquista exclusiva para o público da EJA, tendo em vista a organização pedagógica e atendimento nos 3 períodos: matutino, vespertino e noturno, estar bem localizado, possui excelente estrutura física e ser capaz de potencializar a demanda existente, percebe-se a falta de um projeto de desenvolvimento econômico próprio que possa interferir sobremaneira na proposta do PROEJA, haja vista, que sua essência vai ao encontro de uma sociedade mais igualitária e justa.

Outro ponto focado durante a entrevista com o professor é sobre o profissional de educação ter que ser preparar (estudar e fazer cursos) ou seja, é fundamental a formação continuada, principalmente diante dos desafios das plataformas digitais ou virtuais. Segundo os entrevistados, se faz necessário o fortalecimento na contrapartida por parte da Secretaria de Educação Estadual, uma vez que foi surpresa a mantenedora

informar a equipe gestora do Ceja, o encerramento do PROEJA, garantindo apenas o término do curso administração para o ano de 2017.

Então o que se percebe que o PROEJA traduz-se em uma inovação educacional com muitos desafios que envolvem, entre outros aspectos, instituições com pouco ou quase nenhuma experiência com público da EJA relevância para uma elevação social, uma forma de capacitação desses alunos na mediação ao mundo do trabalho, sobretudo, no enriquecimento científico, cultural, político e profissional do público trabalhador. Neste sentido, o PROEJA faz-se pertinente, pois assume a integração do Ensino Médio a uma formação profissional, atendendo a um contingente de jovens e adultos historicamente excluídos do sistema de ensino regular.

As reflexões acima permitem-nos concluir, relativamente a educação profissional integrada ao ensino médio, na modalidade de Educação de jovens e Adultos, que no histórico da EJA o que existe de fato são ações fragmentadas e desarticuladas por parte da esfera Federal, Estadual e Municipal. Ações essas que se desenvolvem e extinguem-se sem que resultem efetivamente em política Pública de EJA contínua. (SOARES, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa foi importante porque tivemos a oportunidade de estudar as leis e as suas implicações e aplicações e como também verificar a efetivação dessas políticas citadas na realidade do CEJA Licínio Monteiro. Foi possível perceber o desafio pedagógico no que tange a formação/qualificação de professores e gestores para atuar na implantação e fortalecimento do Programa PROEJA, como também compreender como proposta curricular peculiar, abre caminhos para sujeitos marginalizados pela escola regular, uma vez que deve prezar por um acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas, oportunizando uma formação técnica de nível médio, elevando assim a escolaridade desses sujeitos com sua profissionalização favorecendo uma real integração sociolaboral.

Neste sentido, a formação continuada como ampliação do conhecimento de todos os profissionais dos CEJAS procura a construção de um perfil específico pautado na vivência de processos democráticos e participativos, conforme recomenda as Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso. Dessa forma, será possível constituir um espaço de construção coletiva mediada a partir do projeto político pedagógico específico em EJA, como condição de diálogo, pois o curso PROEJA possui uma concepção de educação que busca a superação de modelos curriculares tradicionais, disciplinares e rígidos.

Ainda sobre o currículo para a EJA pressupõe a compreensão necessária a abordagem da questão da diversidade e das diferenças, questões indispensáveis em qualquer construção curricular, porém ainda mais vital na perspectiva de Jovens e

Adultos, sujeitos imbricados no mundo real, protagonistas da vida com todas as suas delicias e atrocidades (SOARES,2006).

No decorrer do curso de administração no CEJA Licínio Monteiro muitos alunos concluíram o curso, mas não foi possível articular local para efetuar o estágio, devido às empresas não disponibilizar acesso a estagiários. Outra fragilidade no decorrer do curso foi a demora na contratação de professor especializado orientador do Trabalho de Curso Final - TCC pela mantenedora Secretaria de Estado de Educação.

Vale ressaltar que ainda são necessários maior atenção e interesse das faculdades e Universidades que ministram cursos de Pedagogia e de Licenciaturas na formação de profissionais para atuar nesse campo e na produção de conhecimentos, na capacitação dos profissionais para trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos.

Incentivar as faculdades, a ofertar nos cursos de graduação estágios na modalidade Educação de Jovens e Adultos que possui uma grande quantidade de pessoas que vivem à margem da sociedade, vivendo num baixo padrão econômico, ou seja, no enfrentamento à desigualdade social historicamente acumulada.

Esse segmento da EJA não é inferior sobre a dita educação formal, portanto a educação não se reporta simplesmente ao repasse de conhecimentos curriculares construídos da escola, mas, significa dizer que, de acordo com o discurso inferido pelo mestre Paulo Freire, “o ato de refletir aquilo que é repassado, e com isto, trabalhar numa perspectiva de alcance da autonomia emancipatória, que ofereça ao sujeito a condição de historicizar sua própria história.”

Dessa forma, a educação na perspectiva do projeto PROEJA tem uma função político-pedagógica que vem de encontro a esta afirmação, quando nos reportamos ao compromisso ético na busca do rompimento e desmistificação do enfraquecimento do condicionamento da massa, quebrando assim relações de opressão e uma maior compreensão do real, problematizando e transformando sua condição social.

Faz se ainda necessário inserir na formação continuada de professores que atua na Educação de Jovens e Adultos o uso das tecnologias frente aos desafios em tempos de plataformas digitais ou virtuais na contemporaneidade, tendo em vista a falta de preparo de vários professores que atuam na modalidade de ensino haja vista uma ferramenta indispensável na preparação do trabalhador ao mundo globalizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1998.

BRASIL. **Decreto n. 5.840, de 13 de junho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

KUENZER, Acácia Zeneida. **O Ensino Médio agora é para a vida entre o pretendido, o dito e o feito**. Revista Educação e Sociedade, v.21,n.70,p.15-39,abr,2000.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1574200200022000098In g=pt&nrm=iso. Acesso. 14/08/2017.

KUENZER, Acácia (org). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 4ª edição, editora Cortez, 2005.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **O PROEJA em construção**: enfrentando desafios políticos e pedagógicos. Revista Educação e Realidade. Campinas, V. 35, p. 109-127, jan/abr.2010. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/11023/7184> acesso em 14/07/2017.

MATO GROSSO. **Orientações Curriculares - Diversidades Educacionais**. Cuiabá-MT: 2008 - 2010, p. 167- 235.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**. Documento Base. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec>. > Acesso em 11/2016.

MOURA, Dante Henrique. **EJA: Formação técnica integrada ao ensino médio**. In: EJA: formação técnica ao ensino médio. Boletim n. 16. Secretaria de Educação a Distância/MEC. Programa Salto para o Futuro. Rio de Janeiro, setembro de 2006.

SAMPAIO, Marcus Vinicius Duarte. **Educação Profissional**: a expansão recente do IFRN e a absorção local dos egressos no mercado de trabalho. Dissertação (Mestrado em Educação) Natal, Rio Grande do Norte, 2013.

SOARES, Leôncio José Gomes. **As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de Jovens e Adultos: novas leituras. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-431-3

